

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.796 - PB (2019/0251662-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MONICA MARIA DE ALENCAR MENEZES PINTO
AGRAVANTE : EDUARDO SALOMAO DE ALENCAR MENEZES
ADVOGADO : RICARDO JOSÉ PORTO E OUTRO(S) - PB016725
AGRAVADO : ANTONIO ALMERIO FERREIRA MARRA JUNIOR
ADVOGADO : CARLOS ANTÔNIO GERMANO DE FIGUEIREDO E OUTRO(S) - PB005544

EMENTA

CONSUMIDOR. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE USUCAPIÃO. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA POR DESERÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREPARO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO. NÃO ATENDIMENTO NO PRAZO. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

ANTÔNIO ALMÉRIO FERREIRA MARRA JÚNIOR (ANTÔNIO JÚNIOR) ajuizou ação de usucapião de imóvel contra ORLANDO FERREIRA MARRA (ORLANDO), ÁLVARO FERREIRA JÚNIOR (ÁLVARO), ANTÔNIO ALMÉRIO FERREIRA MARRA (ANTÔNIO MARRA), MÔNICA MARIA DE ALENCAR MENEZES PINTO (MÔNICA) e EDUARDO SALOMAO DE ALENCAR MENEZES (EDUARDO).

A demanda foi julgada procedente (e-STJ, fls. 145/148).

ORLANDO interpôs sua irresignação. MÔNICA e EDUARDO, em conjunto, interpueram também apelação. ORLANDO, por sua vez, desistiu do recurso (e-STJ, fls. 152/162 e 232)

O Desembargador-relator do Tribunal paraibano não conheceu do recurso de ORLANDO, por força da prejudicialidade decorrente da desistência (e-STJ, fls. 236/237)

Em relação à apelação de MÔNICA e EDUARDO, o Tribunal paraibano não conheceu do recurso em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

APELAÇÃO. AÇÃO DE USUCAPIÃO. PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA. INDEFERIMENTO DA BENESSE E OPORTUNIZAÇÃO DE PRAZO PARA RECOLHIMENTO DO PREPARO, SEGUNDO ARTIGO 1.007, § 4º, DO CPC. DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA. DESERÇÃO. NÃO

CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Indeferida a benesse da Gratuidade Judiciária pleiteada banco em seu 'apelo e oportunizado, na mesma ocasião, adequado para recolhimento das custas recursais, na forma do art. 1.007, do CPC, há de se ter por deserto o recurso quando da omissão da parte no cumprimento desse requisito, tal como ocorrido in casu, devendo-se negar conhecimento ao recurso, monocraticamente, com arrimo no art. 932, III e parágrafo único, do CPC/73 (e-STJ, fl. 258).

EDUARDO e MÔNICA opuseram embargos de declaração e o Desembargador relator não conheceu dos embargos em virtude da intempestividade (e-STJ, fls. 1.020/1.024).

Foi interposto agravo interno e desprovido (e-STJ, fls. 309/313).

EDUARDO e MÔNICA opuseram embargos de declaração e o Tribunal paraibano os rejeitou (e-STJ, fls. 328/333).

Inconformados, EDUARDO e MÔNICA interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 1.007, §4º, do NCPC, aduzindo que deve ser considerada que as custas judiciais foram recolhidas no prazo estipulado, não havendo razão para o Tribunal ter decretado a deserção da apelação (e-STJ, fls. 336/346).

Em juízo de admissibilidade, o TJPB inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, aduzindo, resumidamente, que não se trata de aplicação do óbice apontado no juízo de prelibação (e-STJ, fls. 378/386).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fl.389).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da deserção do recurso de apelação

Insurgem-se EDUARDO e MÔNICA contra a decisão adotada pelo TJPB, sustentando que deve ser reconhecida a legitimidade do recolhimento do preparo, pois

realizado conforme determinação legal.

O Tribunal paraibano, ao não conhecer do recurso de apelação interposto por EDUARDO e MÔNICA, assim se manifestou:

Subindo os autos a esta Corte, não convencido da existência de elementos aptos à concessão da Justiça Gratuita em favor do demandado, ante a impossibilidade de presunção da hipossuficiência, julguei salutar oportunizar prazo para que os apelantes comprovassem através das declarações de Imposto de Renda dos últimos 3 (três) anos e extratos bancários a real necessidade do benefício, ou recolhimento do respectivo preparo recursal, no prazo de 15 (quinze) di em consonância com o art. 1.007, § 49, do CPC, sob pena de não conhecer o recurso.

De início, compulsando-se os autos e analisando-se a casuística em disceptação, cumpre adiantar que o recurso apelatório sub examine não merece ser conhecido, por ocasião da configuração da deserção, porquanto ausente prova da necessidade ou comprovante do pagamento do preparo, documento obrigatório ao conhecimento do recurso, nos termos dos arts. 1007 do CPC:

Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

Sobre o tema, nossa doutrina mais recente e abalizada destaca, com clareza, que "o preparo é um dos requisitos extrínsecos da admissibilidade do recurso. Seu desatendimento acarreta o não conhecimento do agravo. Deve ser feito no prazo e forma indicados na lei (CPC 511 e 525)" (Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery - Ed. Revista dos Tribunais - 10ª edição - 2008 - p. 886).

Nestes termos, salutar informar que a falta de realização do preparo recursal se mostra apto a fulminar o recurso, nos termos da inteligência referendada.

Sobretudo porque não restaram comprovados, in casu, os requisitos ao deferimento da Justiça Gratuita, eis que, ainda após instado o apelante a apresentar os documentos comprobatórios de sua hipossuficiência financeira, inclusive as três últimas declarações do Imposto de Renda Pessoa Física, do último exercício, os recorrentes permaneceram inertes.

Sob tal prisma, reforçando a presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência financeira e a possibilidade de se condicionar o deferimento da Gratuidade Judiciária à demonstração da incapacidade econômica por meio da declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, exsurge a

abalizada Jurisprudência pátria:(...)

Desta feita, não emerge outra solução ao recurso senão a negativa de conhecimento, eis que, mesmo oportunizada a possibilidade de apresentação de documentos essenciais à demonstração da hipossuficiência financeira requerida, os insurgentes não lograram desincumbir de tal ônus ou, sequer, em recolher as custas devidas (e-STJ, fls. 259/260)

Tem-se que a decisão recorrida está alinhada com o entendimento desta Corte.

Isso porque, interposta a apelação, oferecido o prazo pelo Desembargador relator para a juntada pelos recorrentes dos documentos para consubstanciar o pedido de gratuidade judiciária ou mesmo efetivar o pagamento do preparo, permaneceram eles inertes, devendo, na forma do art. 1007, § 4º, do NCPC, o recurso ser julgado deserto.

Outro não é o posicionamento desta Corte sobre o tema, a saber:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. VIGÊNCIA. INSUFICIÊNCIA DO PREPARO. INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA NO PRAZO.

1. O marco temporal para aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a data da publicação da decisão recorrida, que, no presente caso, foi realizada sob a égide do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado Administrativo nº 2/2016 - STJ).

2. Não é possível a juntada do comprovante de pagamento após o decurso do prazo para sua regularização. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.157.563/AM, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 13/3/2018, DJe 20/3/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREPARO. INSUFICIÊNCIA NO ATO DE INTERPOSIÇÃO. INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO. ART. 1.007, CAPUT E § 2º, CPC DE 2015. NÃO ATENDIMENTO. APLICAÇÃO DA PENA DE DESERÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO. RECURSO INCABÍVEL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM SEDE RECURSAL. CABIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADA.

[...]

2. Na hipótese de insuficiência do recolhimento do preparo no ato da interposição do recurso, o recorrente será intimado para realizar o recolhimento, sob pena de deserção (art. 1.007, caput e § 2º, do CPC).

3. Descumprindo a norma no sentido de comprovar o respectivo preparo no ato de interposição do recurso e não atendendo a determinação legal de, após intimado, efetuar o recolhimento, é de rigor que à parte recorrente seja imposta a pena de deserção do recurso.

4. Na espécie, regularmente intimado no Tribunal de origem, o recorrente não efetuou a complementação do preparo das custas relativas ao recurso especial, de modo que o seu recolhimento no Superior Tribunal de Justiça, não obstante em cumprimento de despacho exarado pela Presidência desta Corte, se revela intempestivo e alcançado pela preclusão.

5. A alegação de que o recorrente se encontrava em dificuldades financeiras para o pagamento das custas processuais não se releva "justo impedimento" (art. 1.007, § 6º, do CPC) para o não recolhimento das custas processuais, considerando que o Codex processual assegura aos litigantes com insuficiência de recursos para pagar as custas a possibilidade de requerer a gratuidade de justiça, disciplinada nos arts. 98 a 102 do CPC.

[...]

9. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.100.520/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 4/9/2018, DJe 11/9/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREPARO INSUFICIENTE. COMPLEMENTAÇÃO INTEMPESTIVA. DESERÇÃO. [...].

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. À luz do disposto no art. 1.007, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, sendo recolhido o preparo em valor inferior ao efetivamente devido, cumpre ao juízo intimar a parte recorrente abrindo-se um prazo de 5 (cinco) dias para a complementação do preparo.

3. Após a intimação para complementar o preparo, o decurso do prazo e a inércia do recorrente justificam a aplicação da pena de deserção.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.167.136/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 10/4/2018, DJe

Superior Tribunal de Justiça

17/4/2018)

Dessa forma, o acórdão vergastado merece ser mantido incólume, tendo em vista que se encontra em perfeita consonância com a jurisprudência do STJ.

Aplicável, portanto, a Súmula nº 568 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, pois já fixados no teto máximo permitido, conforme art. 85, § 2º c/c § 11 do NCPC.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator